

## EDITORIAL/EDITORIAL NOTE

*Maria João Melícias*

*Miguel Sousa Ferro*

O número duplo 33-34 da Revista de Concorrência & Regulação continua o processo de transição para um novo modelo da Revista. Uma Revista mais adaptada às exigências de um público-alvo diverso, especializado e interessado em abordagens pragmáticas e diretas de questões controversas do momento. Uma Revista mais acessível a todos. Uma Revista com um pendor mais internacional, apostando em tornar-se uma plataforma de debate sobre a regulação e concorrência nos países de língua portuguesa e não só.

Nesta ótica, a C&R passa a contar com uma secção de artigos breves, apelando-se aos profissionais e académicos dos setores para continuarem a contribuir com reflexões sucintas e acutilantes sobre questões de atualidade

*This double issue 33-34 of the Revista de Concorrência & Regulação continues the process of transition to a new model of this journal. A journal more fitted to the demands of a diverse target audience, specialized and interested in pragmatic and direct approaches to the controversial issues of the day. A journal made more accessible to everyone. A journal with a greater international outlook, betting on becoming a platform of debate on regulation and competition among the Portuguese speaking countries and beyond.*

*In this perspective, C&R now includes a section of brief articles, calling upon professionals and academics from these sectors to contribute with succinct and*

jurídico-económica, como as que se apresentam nesta edição. O presente número conta com vários contributos nesta nova secção, provenientes de juristas e economistas portugueses, ingleses e brasileiros.

Estes artigos breves lidam com um leque amplo de temas: desde os mais recentes desafios ao direito da concorrência (Peter Freeman), à tecnologia *blockchain* (Bruno de Zêzere Barradas; Danilo Sérgio de Souza), passando pela influência do caso Coty no comércio eletrónico (Francisco Espregueira Mendes, Leyre Prieto e Daniela Cardoso), a exclusividade dos poderes da AdC em matéria de *enforcement* público em Portugal (Miguel Machete e Catarina Xavier), a aplicação de sanções pelo CADE no Brasil (Maria Gabriela Bacha), a recente alteração ao Código de Valores Mobiliários em sede de concurso de infrações (Frederico Machado Simões), a portabilidade de dados (Rita de Sousa Costa), os contratos associativos no panorama brasileiro (Ângelo Prata de Carvalho; Marcela Lorenzetti), até à “operação Lava Jato” e respetivas lições em termos de *compliance* de concorrência (Vicente Bagnoli).

Os artigos académicos reunidos neste número cobrem também temas variados.

Carlos Oliveira Cruz & Joaquim Miranda Sarmiento analisam as

*directed reflections on current legal-economic issues, such as those presented here. The present issue is host to a number of contributions in this new section, submitted by Portuguese, English and Brazilian lawyers and economists.*

*These brief papers deal with a wide range of subjects, from the most recent challenges to Competition Law (Peter Freeman), to blockchain technology (Bruno de Zêzere Barradas; Danilo Sérgio de Souza), the influence of the Coty judgment in e-commerce (Francisco Espregueira Mendes, Leyre Prieto and Daniela Cardoso), the AdC's exclusive public enforcement powers in Portugal (Miguel Machete and Catarina Xavier), the imposition of fines and other penalties by CADE in Brazil (Maria Gabriela Bacha), the recent change to Portugal's Securities Code on cumulation of infringements (Frederico Machado Simões), data portability (Rita de Sousa Costa), association contracts in Brazil (Ângelo Prata de Carvalho; Marcela Lorenzetti) and the “Car Wash investigation” including the resulting lessons as to antitrust compliance (Vicente Bagnoli).*

*The academic papers gathered in this issue also deal with diversified topics.*

*Carlos Oliveira Cruz & Joaquim Miranda Sarmiento look at the motivations behind public and private choices*

motivações por detrás das escolhas públicas e privadas que têm estado por detrás dos processos de privatização de aeroportos, por Governos e investidores, discutindo também o impacto de curto e longo prazo destas opções, usando Portugal como um estudo de caso.

Ivana Souto de Medeiros apresenta um estudo aprofundado sobre as lições da crise financeira e a regulação adotada em reação, focando-se na utilização do mecanismo de *bail-in* de instituições financeiras e a sua capacidade para impedir ou reduzir a necessidade de utilização da opção de *bail-out* e assim reduzir o impacto para o erário público das dificuldades financeiras sentidas por bancos.

Ficando ainda no plano de reformas feitas na sequência da crise financeira, Katerina Lagaria discute a criação de um sistema europeu de supervisão dos mercados de capitais e criação de um conjunto harmonizado de regras, focando a proposta da Comissão para completar a união dos mercados de capitais e reforçar os poderes da Autoridade Europeia de Mercados de Valores Mobiliários.

Lucas Catharino de Assis apresenta-nos um quadro de referência analítico para determinar se uma medida nacional que visa garantir a eficácia dos controles fiscais em situações que envolvem Estados terceiros pode ser qualificada como uma restrição à

*that have been behind the processes of privatization of airports, by Governments and investors, discussing also the short and long term impact of such choices, taking Portugal as a case-study.*

*Ivana Souto de Medeiros presents us with an in-depth study on the lessons of the financial crisis and the regulation adopted thereafter, focusing on the bail-in mechanism for financial institutions and its ability to prevent or to reduce the need to use the bail-out option and thus reduce the impact of the financial difficulties experienced by banks on the public purse.*

*Remaining within the scope of reforms carried out following the financial crisis, Katerina Lagaria looks at the creation of a European supervisory system for capital markets and the development of a harmonized set of rules, focusing on the Commission's proposal to complete the capital markets union and reinforce the powers of the European Securities and Markets Authority.*

*Lucas Catharino de Assis provides us with an analytical frame of reference to determine if a national measure which is aimed at ensuring the effectiveness of fiscal controls in situations involving third States can be qualified as a restriction to the free circulation of capital and justified within the parameters allowed by European Union Law.*

liberdade de circulação de capitais e justificada dentro dos parâmetros do direito europeu.

Raúl Vieira da Silva discute em que termos o enquadramento normativo trazido pela Lei-Quadro das Entidades Reguladoras garante, de facto, uma gestão económico-financeira dos reguladores independente do poder político. O autor realça vários aspetos em que a independência dos reguladores se encontra ainda limitada, a este nível.

Inês Neves chama-nos a atenção para um tema largamente silenciado, até agora: o impacto do novo Regulamento europeu de proteção de dados no *public enforcement* da concorrência. As conclusões da autora sugerem que o impacto não é negligenciável, sendo necessária uma abordagem cautelosa à temática, ainda que não se pareça por em causa a eficácia do *public enforcement*.

Por último, o n.º 33-34 conta ainda com um comentário de Daniela Cardoso ao Acórdão do TJUE no caso *Austria Asphalt*, que esclareceu a aplicação do Regulamento (CE) n.º 139/2004 ao controlo de empresas comuns (*joint ventures*).

Este será o último número da Revista de Concorrência & Regulação a ser publicado em papel. A partir do n.º 35, a Revista passará a ser disponibilizada *online*, em *open source*, maximizando-se o seu impacto e alargando-se o seu

*Raúl Vieira da Silva discusses the terms in which the normative framework set out in the Framework-Law of Regulatory Authorities guarantees, in reality, an economic-financial management of regulators which is independent from political power. The author highlights several ways in which the independence of regulators is still limited, in this regard.*

*Inês Neves calls our attention to a topic which has managed to go largely unmentioned up to now: the impact of the new European Data Protection Regulation on the public enforcement of competition law. The author's conclusions suggest that the impact is not negligible, and that a careful approach to these issues is required in practice, even though the effectiveness of antitrust public enforcement does not seem to be jeopardized by the new rules.*

*Finally, Issue 33-34 also includes a comment by Daniela Cardoso on the ECJ's Judgment in case Austria Asphalt, which has clarified the application of Regulation (EC) 139/2004 to the control of joint ventures.*

*This will be the last issue of the Revista de Concorrência & Regulação to be published in paper. Starting with Issue 35, this journal will be made available online, in open source, thereby maximizing its impact and broadening its target audience, especially beyond the Portuguese*

público-alvo, sobretudo além-fronteiras. Poderá ser consultada (incluindo números antigos) através do website da Autoridade da Concorrência, do IDEFF e outros.

*borders. C&R will thereafter be available (including older issues) namely through the websites of the Portuguese Competition Authority and of IDEFF.*